

15 de Maio de 2023



**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL
DA GREEN RESOURCES EM NIASSA:
SERÁ UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO?**

Alberto Tovele

INTRODUÇÃO

A província do Niassa tornou-se numa das principais receptoras de investimento directo estrangeiro (IDE) no sector da silvicultura como resultado da política de atracção de investimento estrangeiro do governo para plantações florestais, dadas as condições agro-climáticas favoráveis da província para essa actividade. Deste modo, assistiu-se ao estabelecimento de empresas que se dedicam a plantações florestais de espécies exóticas, como o pinheiro e o eucalipto, para fins comerciais, principalmente nos distritos de Sanga, Ngauma, Lichinga e Chimbonila¹. Entre estas empresas encontra-se a Green Resources Niassa que obteve, numa primeira fase, o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) de 7.880 Ha² nos distritos de Sanga, Muembe e Lichinga (Ali, 2017), e, através da Fundação Malonda, obteve outro DUAT de 5.709 Ha (Livaningo *et al.* 2016). Em 2014, a Green Resources estabeleceu um acordo com o Global Solidarity Forest Fund e adquiriu a Chikweti Forest, e, deste modo, obteve o DUAT de uma área adicional de 106.938,59 Ha outrora pertencentes à Chikweti Forest (*ibidem*).

Estão muito bem documentados os efeitos adversos que os projectos de investimento no sector de plantações florestais têm sobre as comunidades, no que se refere ao acesso a terras produtivas e a outros recursos associados e, deste modo, afectando a subsistência das mesmas (Livaningo *et al.*, 2016; JA e UNAC, 2011).

Tanto para o caso das plantações florestais, como para o caso da exploração de recursos florestais, diversos mecanismos de compensação foram adoptados pelo governo e empresas com vista a partilhar os benefícios com as comunidades hospedeiras dos projectos de investimento. Por mecanismos de compensação entende-se:

¹ Este distrito surge da divisão com o distrito de Lichinga.

² Não há uniformidade entre os dados apresentados pelos órgãos do governo, pelos académicos e pelas empresas, havendo, com frequência, variações no tamanho das áreas dos DUATs das empresas de plantações florestais.

Os mecanismos de compensação incluem os previstos na legislação por expropriação de terra (indenizações, reassentamentos, entre outros negociáveis em consulta comunitária), mas incluem também outros processos, como geração de emprego, programas de responsabilidade social das empresas, planos de desenvolvimento social e comunitário, que visam proporcionar estratégias alternativas de subsistência e de geração de rendimentos. Ou seja, todos estes constituem formas de compensar as comunidades afectadas pela perda de terras e recursos, e pela ruptura das suas estratégias de subsistência, com o objectivo de incorporá-las no desenvolvimento rural promovido pelo investimento ou projecto. (Bruna, 2023: 2-3).

Entre os diversos mecanismos de compensação elencados, este texto faz uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. Por detrás do conceito de responsabilidade social, encontra-se a ideia de sacrifício dos lucros das empresas em favor do interesse social (Reinhardt, Stavins e Vietor, 2008).

Este texto constitui um dos resultados de uma pesquisa com enfoque na temática sobre terra, mecanismos de compensação e subsistência rural, realizada na província de Niassa nos distritos de Chimbonila, Ngauma e Marrupa. Aborda especificamente a eficácia da responsabilidade social empresarial da Green Resources em Niassa.

O MODELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DA GREEN RESOURCES

Em relação as iniciativas ou programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), existem duas perspectivas que são geralmente apontadas quando se aborda a utilidade e eficácia das iniciativas de RSE (Siawor-Robertson e Awaworyi Churchill, 2015). Por um lado, encontra-se o argumento que descreve a RSE como benéfica para as empresas e, por outro lado, o pressuposto de que a RSE beneficia as populações hospedeiras dos projectos de investimento (*ibidem*).

Frynnas (2005) identifica quatro razões principais que levam as empresas a engajarem-se em investimentos sociais, nomeadamente: obtenção de vantagem competitiva, manter um ambiente de trabalho estável, gerir as percepções externas e manter os trabalhadores satisfeitos. A RSE tem sido uma das ferramentas usadas pelas empresas para impulsionar o desenvolvimento comunitário (Siawor-Robertson e Awaworyi Churchill, 2015).

Não obstante as empresas fazerem o investimento social, frequentemente, não está claro até que ponto estas iniciativas têm levado a uma transformação social ou o quanto elas têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades (Siawor-Robertson e Awaworyi Churchill, 2015, Frynnas, 2005).

No caso da Green Resources, esta tem desenvolvido acções de responsabilidade social nas comunidades que transferiram as suas áreas para o estabelecimento de plantações florestais pela empresa florestal Chikweti³, bem como nas áreas cujo DUAT foi concedido à empresa Green Resources.

Existem vários mecanismos para implementação de iniciativas ou programas de responsabilidade social. O modelo de RSE implementado pela Green Resources Niassa possui as seguintes características: i) disponibilização pela empresa de um fundo social⁴ que é canalizado para associações locais; ii) os montantes do fundo social canalizados para a responsabilidade social empresarial variam, pois são feitos sob condicionalismos; iii) um modelo de RSE cuja concepção não envolveu os principais actores: do governo e das comunidades; iv) as iniciativas de RSE implementadas pelas associações possuem uma componente de envolvimento dos membros da comunidade. Esta última componente garante, de alguma forma, um sentido de apropriação ou pertença dos projectos desenvolvidos pelos membros das comunidades.

(...) Tratando-se de uma associação nas [que abrange] três comunidades, alguns membros respondem aqui como membro da associação, eles aparecem, convidamos a eles para juntos estivéssemos aqui a discutir dado que o valor é muito curto (pouco). Então, [na] nossa discussão devolvemos para as comunidades para eles também estudarem do que foi discutido e chegámos a um consenso: vendo que aquele valor é curto, decidiram as comunidades que o valor fosse usado por uma comunidade; a outra vez, quando nós tivermos mais um valor, passar para outra comunidade, assim, sucessivamente (entrevista com Presidente da Associação Ndamu-Djetu; Chimbonila, entrevistado no dia 21 Junho de 2022).

Os valores do fundo social da Green Resources são canalizados para 35 associações criadas pela empresa, as quais beneficiam cerca de 41 comunidades (Green Resources, 2022). A canalização do fundo social é feita de duas formas: por um lado, a empresa canaliza 1 dólar por hectare para área total do DUAT para as comunidades que estavam nas áreas cujo DUAT foi atribuído à Green Resources; e, por outro lado, canaliza 5 dólares por hectare, variando em função do ano e da área plantada para as comunidades que se encontravam nas áreas cujo DUAT foi obtido pela empresa Chikweti⁵ (Green Resources, 2022; Natauzi, 2023).

De acordo com a Green Resources (2022), a canalização do fundo social na modalidade de 5 dólares por hectare, 2 dólares são fixos e três dólares são condicionais (Green Resources, 2022). Dos 3 dólares condicionais, 1 dólar é pago para prevenir fogos, ou seja, havendo

³ Como se referiu na introdução, a Empresa Green Resources adquiriu a empresa Chikweti e, deste modo, obteve o seu DUAT de cerca de uma área de 106.938,59 hectares.

⁴ O fundo social da Green Resources tem como objectivo minimizar os impactos sociais que o investimento florestal pode causar as comunidades (Green Resources, 2022);

⁵

incêndios, as comunidades não recebem esta parte da contribuição (*Ibidem*). É, igualmente, pago 1 dólar pelo cumprimento de projectos sociais e 1 dólar pela gestão sustentável dos recursos. A empresa afirma que chega a desembolsar anualmente cerca de 5 000.000,00 MTs para as 35 associações, que beneficiam cerca de 41 comunidades (*ibidem*).

Entre as associações que beneficiam do Fundo Social da Green Resources, encontra-se a Associação Ndamu Djetu, que beneficia três comunidades, Mussa, Naicunga e Mapaco, na localidade de Mussa, no distrito de Chimbonila. Com efeito, nota-se uma discrepância entre os valores do Fundo Social que a Green Resources indica ter canalizado (vide na tabela 01 e 02) e os valores que a Associação Ndamu Djetu afirma ter recebido. A título de exemplo, o Presidente da Associação informou que a associação começou a receber valores do fundo social da Green Resources em 2015 e, em 2018, receberam o valor de 1 040,000 meticais referente a três anos (2016, 2017 e 2018), tendo a contribuição de 2018 sofrido descontos pois houve queimadas nas plantações.

VALORES CANALIZADOS PELA GREEN RESULTADOS PARA O FUNDO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO NDAMU-DJETU

Tabela 01 Dados da Green Resources

Ano	Valor pago em meticais
2014	399,371.81
2015	625,024.72
2016	625,024.72
2017	625,024.72
2018	483,546.00
2019	514,412.00
Total	3,272,403.97

Fonte: Ntauazi (2023)

Tabela 02 Dados da Associação Ndamu-Ndjetu

Ano	Valor pago em Meticais
2016	-----
2017	-----
2018	1,040,000.00
2019	514,412.00

Fonte: Associação Ndamu-Ndjetu

Em relação aos procedimentos para identificação dos projectos e para a partilha dos valores, o Presidente da Associação explicou o seguinte:

Quando nós recebemos os valores, cá na associação, passamos nas comunidades na recolha das suas necessidades; tendo recebido essas informações recolhidas, sentamos e reunimos; uma vez concluído que já recebemos este valor, (...) nós repartimos no meio, dando informação total, sem segredo nenhum. As comunidades conheceram todo valor global das três

comunidades e, através dos projectos que eles identificaram das suas necessidades, lá das comunidades, exigimos as próprias comunidades a criarem projectos de acordo com os valores repartidos, neste valor global sem diferença (Presidente da Associação Ndamu Djetu, Distrito de Chimbonila, entrevistado no dia 21 de Junho de 2022).

Este é um aspecto que pode ser positivo, pois as comunidades podem facilmente monitorar as acções desenvolvidas pela associação, uma vez que a mesma se encontra na comunidade e é constituída por membros desta mesma comunidade. No entanto, alguns membros da comunidade entrevistados afirmaram não ter participado em qualquer reunião, organizada pela associação, sobre a partilha de informação sobre valores recebidos e discussão de projectos a serem implementados. Assim sendo, questiona-se de que forma se garante a participação de todos os membros da comunidade, tendo em conta a tendência de priorizar as elites e excluir as mulheres e jovens nos processos de tomada de decisão.

IMPACTOS DA RSE DA GREEN RESOURCES NO DISTRITO DE CHIMBONILA

Os valores do fundo social canalizados para a Associação Ndamu Djetu têm sido investidos em infra-estruturas sociais, tais como construção de salas de aula, unidades sanitárias (casa mãe espera), mesquitas, fontenários, mercados e pontecas. Das entrevistas realizadas com os membros da associação, quando questionados sobre os projectos realizados, um dos membros referiu: *"deste valor, as actividades feitas, lá nas comunidades, desde que começámos a usar esses valores é só de construções; já construímos sala anexa nesta comunidade e em outras"*.

Quadro 01. Investimentos realizados pela Associação Ndamu-Djetu até 2022

Comunidade	Infra-estrutura construída
Mussa	3 escolas com 1 sala de aulas; 1 casa-mãe espera, reabilitação fontenária; reabilitação de 2 escolas
Naicunga	1 escola com 1 sala de aulas; mesquita (em construção); 1 ponteca; reabilitação de 1 escola.
Mapaco	1 mercado, 1 casa mãe espera, 1 bloco administrativo da escola (em construção)

Fonte: Associação Ndamu-Djetu

Com efeito, não existe um quadro político-legal que oriente a RSE neste sector, à excepção das questões ambientais. Porém, os membros da associação informaram que as associações têm sido orientadas, pelo governo distrital e pela Green Resources, a aplicar os fundos em projectos de infra-estruturas sociais, de modo a beneficiar todos os membros da comunidade.

Por exemplo, na explicação do governo que nos deu, no uso desses valores, é que temos que fazer uma coisa de modo a abranger todo membro daquela comunidade sem extensão posse e da área. É quando nós adoptamos falar com as comunidades, fazer-lhes compreender o bom uso daquele valor (...), apesar de alguns estarem assim a precisar do valor nas mãos para comprar cabritos para sua criação (membro da Associação Ndamu Djetu, Distrito de Chimbonila entrevistado no dia 21 de Junho de 2022).

Ademais, os membros da associação informaram que, após a escolha do projecto pela comunidade, submetem-no ao governo do distrito para que seja aprovado. Neste contexto, um dos membros explicou:

Nós (associação) ajudamos a eles (comunidade) a criar o projecto e os planos; o projecto, nós levamos [e] exibimos ao governo local; ele revê[m]. Se eles constatarem e aceitarem, colocam os seus pareceres numa de permitir que as pessoas façam as actividades, aceitar que as actividades sejam feitas. Dali, quando recolhemos aqueles documentos, colocados parecer do governo, nós enviamos lá (para Green Resources) (...) porque também eles precisam daqueles projectos vistos pelo governo para guardar nos seus arquivos, a fim de (...) um dia, se alguém aparecer e consultar, eles terem uma justificativa (membro da Associação Ndamu Djetu, Distrito Chimbonila, entrevistado no dia 21 de Junho de 2022).

Assim, constata-se um aspecto positivo ligado ao enquadramento dos programas de RSE nos programas de desenvolvimento dos governos locais, o que evita a concentração de recursos nas mesmas actividades. No entanto, "a existência de empresas que provêm tais serviços, no âmbito da RSE pode descredibilizar a imagem sobre o papel do Estado como provedor fundamental dos serviços básicos às comunidades" (Langa e Massingue, 2014).

Segundo Jenkins e Obar (2008), existe o risco de que a realização de iniciativas de RSE crie um vínculo de dependência da comunidade em relação à empresa o que, de alguma forma, pode ter consequências severas, principalmente nos casos em que as empresas cessam as suas actividades. Esta observação é de particular importância para as iniciativas de RSE em curso em Niassa, pois, em 2018, a Green Resources renunciou o seu DUAT em algumas das suas parcelas⁶. E, deste modo, à medida que as terras vão sendo devolvidas às comunidades

⁶ A devolução de terras é um processo que ainda está em curso, pois, em algumas destas áreas onde o DUAT foi renunciado, existiam plantações e, de acordo, com a legislação de terra, com a extinção ou renúncia do DUAT, as benfeitorias não removíveis existentes reverterem a favor do Estado.

Para mais detalhes, ver Bruna, N., & Tovele, A. (2022). "Mas afinal, quem é o Estado?" Renúncia de DUATs na província do Niassa e lições para a Revisão da Política Nacional de Terras. *Destaque Rural* nº182, Observatório do Meio Rural. disponível em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-182-mas-afinal-quem-e-o-estado-renuncia-de-duats-na-provincia-do-niassa-e-licoes-para-a-revisao-da-politica-nacional-de-terras/

que beneficiavam do fundo social, estas comunidades poderão ver os seus objectivos de desenvolvimento comunitário comprometidos, uma vez que o fundo social é canalizado para as comunidades residentes nas áreas plantadas que passaram pela expropriação de terra para o estabelecimento de plantações florestais.

A RSE DA GREEN RESOURCES CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES?

Da pesquisa de campo constatou-se que grande parte das infra-estruturas construídas constituem responsabilidade directa do Estado como garantia do bem-estar social. Em parte, as escolhas feitas pelas comunidades estão ligadas à incapacidade de o governo garantir o bem-estar social, pois, as comunidades afectadas ainda carecerem de serviços públicos básicos e, por isso, as comunidades dão prioridade a infra-estruturas, ante a falta de capacidade ou vontade política (Bruna & Tovele, 2022). A partir das últimas pesquisas de campo, realizadas em Setembro e Dezembro de 2022, constatou-se que começa a surgir, entre as comunidades, uma perspectiva de aplicar os valores em projectos de geração de renda.

Estas infra-estruturas constituem uma mais-valia para as comunidades, no contexto onde as comunidades nos distritos da província de Niassa não têm suficiente acesso a serviços públicos referente a educação e saúde. Estes são importantes indicadores de bem-estar e de desenvolvimento. Porém, é difícil afirmar que este “desenvolvimento infra-estrutural” tem sido eficaz para impulsionar o desenvolvimento comunitário, devido a vários factores. A título de exemplo, durante as observações feitas no Distrito de Chimbonila, constatou-se que as escolas construídas têm falta de mobiliário escolar, não estando claro quem deve ser responsável por apetrechá-las: o governo ou as associações. Aliado a este aspecto, está a exiguidade de recursos recebidos pelas associações, pelo que é pouco provável que estas canalizem recursos para o apetrechamento ante as muitas necessidades e carências enfrentadas. Não têm surgido iniciativas de criação de alternativas de meios de vida que possam melhorar a subsistência das comunidades, ou seja, estas iniciativa de RSE não se têm centrado na melhoria da renda ou no empoderamento económico das comunidades, seja a partir de programas de geração ou melhoria da produção e da produtividade agrícola. De facto, os seus estilos de vida e a subsistência não melhoraram, segundo os relatos dos membros das comunidades entrevistadas. Muitas delas tiveram que procurar, pessoalmente, novos campos de cultivo, em zonas mais distantes, tal como afirmou uma das camponesas entrevistadas:

Uma vez que empresa tomou conta das terras, eu trabalho nos campos que não têm aquela fertilidade adequada para o desenvolvimento da cultura. Então, no local em que eu pretendesse colocar a semente do feijão, já não lançamos, porque a fertilidade é fraca; usamos só na produção do milho e, estando a terra fraca, o produto não sai de forma adequada, como deveria ser; a área é muito grande, mas, por causa da infertilidade, reduz a quantidade de produção. Nós, mesmas, arranjámos as machambas. Quando nós perdemos as machambas, nós nos afastámos para outras partes, onde a empresa não tomava conta (Camponesa, Distrito de Chimbonila, entrevistada no dia 16 de Setembro de 2022).

Os relatos das comunidades apontam não existir qualquer benefício. Com excepção dos membros da comunidade que obtiveram emprego sazonais na empresa, não há registo de outros benefícios económicos directos para os membros da comunidade.

"Na parte positiva seria só que não há, porque primeiramente houve muitos jovens que lá trabalhavam e a pobreza havia reduzido, hoje quando a empresa parou (rescisão de contractos) a pobreza voltou para nossa casa, por isso na falta da empresa a pobreza aumenta porque muita gente lá trabalhava" Camponesa, 50 anos de idade, entrevistada no 19 de Setembro de 2022).

ALGUMAS NOTAS SOBRE O MODELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA GREEN RESOURCES NIASSA

Segundo Bruna e Tovele (2022) o modelo de responsabilidade social da Green Resource pode ser considerado problemático, na medida em que foi decidido sem consensos com as comunidades acerca de como e quando pagar, mas também dada a fixação do valor em dólar americano, há riscos de variações cambiais influenciaram no valor canalizado. Aliás a Green Resources decidiu, unilateralmente, o seu esquema de responsabilidade social, existindo falta de informação pelas comunidades sobre os cálculos feitos, os cortes e as taxas de câmbio usadas, estando a empresa no controlo de todo processo.

O fundo social disponibilizado pela Green Resources constitui um importante recurso para as comunidades, mas o seu impacto não é significativo, dado o número de agregados familiares abrangidos e as quantias transferidas pela Green Resources para cada associação. Ademais, este esquema de pagamento serve os interesses empresariais da Green Resources, pois apesar de ter estabelecido que o fundo social tem em vista minimizar os impactos sociais que as plantações florestais podem causar nas comunidades que foram expropriadas as terras e que sofrem os efeitos adversos das plantações. O pagamento é feito sob condições, isto é, na medida em que os activos ou bens (as árvores de pinho e eucalipto) da

Green Resources não são queimados ou cortados, deste modo, apresenta-se como estratégia de mitigação de queimadas e para minimizar os cortes. Portanto, o fundo social é canalizado na sua totalidade para as associações na condição de estarem salvaguardados os futuros dividendos da empresa.

Esta forma de compensar as comunidades surge como uma das respostas ao fogo posto nas plantações por membros das comunidades. Estas queimadas intencionais das plantações florestais em Niassa podem ser vistas como a manifestação de descontentamento pela rescisão do contracto de trabalho de cerca 50% da mão de obra de pessoas oriundas das comunidades adjacentes às plantações (Mbanze, 2013), bem como, por problemas ligados às consultas públicas, não abrangentes (Sousa 2013, DW África). Por conseguinte, o esquema de canalização do fundo social condiciona o desenvolvimento social. Deste modo é questionável se os valores do fundo social se enquadram no entendimento que se tem dos programas de RSE ou se constitui um mecanismo que garante que a empresa minimize os riscos de perda de seus activos ou bens.

A escolha, pela empresa, de canalizar valores do fundo social para as comunidades através das suas associações tem, por um lado, efeitos positivos, na medida em que permite que as comunidades participem do processo de gestão dos fundos e na tomada de decisão; e, por outro lado, este modelo de RSE desloca todas as possíveis conflitualidades para as comunidades, isto é, a empresa não se responsabiliza pelos problemas atinentes à execução dos projectos, tais como, a qualidade dos empreendimentos, exequibilidade financeira, prazos de execução, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No discurso oficial do governo e entre os profissionais de desenvolvimento existem várias expectativas em relação aos grandes projectos de investimentos. Entre estas expectativas, encontra-se o papel que as empresas têm no processo de desenvolvimento a partir das iniciativas ou programas de responsabilidade social empresarial e, principalmente, na criação de empregos. A análise da responsabilidade social empresarial da empresa multinacional Green Resources em Niassa constitui um importante contributo para informar sobre as actuais práticas de responsabilidade social empresarial das multinacionais, cujas principais conclusões são: i) um modelo de responsabilidade social empresarial com muita assimetria de informação e de dominância da empresa no processo de definição e implementação das estratégias de RSE; ii) os recursos disponibilizados pela empresa são muito limitados e são partilhados por várias comunidades; iii) as diferentes questões ligadas aos modelo RSE da Green Resources foram elaboradas sem o envolvimento do governo e da comunidades; iv) os recursos têm sido orientados para construção de infra-estruturas sociais, segundo orientação dos governos distritais; v) as obras construídas levam muito tempo a ser

concluídas e não se leva em consideração a necessidade de apetrechamento e manutenção; vi) o modelo de RSE serve os interesses empresariais da empresa pois este é feito sob condicionalismos.

Recomenda-se o seguinte:

- Os programas de RSE da Green Resources passem a incluir iniciativas de impacto na subsistência das comunidades, criando programas de empoderamento económico, levando em consideração as características socioeconómicas do distrito. Pois, os membros das comunidades entrevistados informaram que seria difícil dizer que os projectos têm melhorado a sua subsistência porque não existe nenhum benefício económico directo, à excepção de algum emprego sazonal e dos que ainda se encontram a trabalhar na empresa.
- As organizações da sociedade civil devem apoiar as comunidades na capacitação das organizações comunitárias de base e na protecção dos direitos sobre a terra, e realizar acções de monitoria e advocacia.
- O governo deve ser mais proactivo com vista a garantir acordos mais benéficos para os membros das comunidades.
- Há necessidade de desenvolvimento de mais trabalhos de pesquisa que tenham como foco entender as transformações sociais no âmbito da RSE, seus impactos e, acima de tudo, há necessidade de fortalecer uma agenda crítica sobre a responsabilidade social empresarial.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, R. (2017). *Dinâmicas e dilemas do emprego, trabalho e bem-estar nas agro-indústrias florestais em Niassa*. in Nuno Castel-Branco (Org) Emprego e transformação económica e social em Moçambique, Maputo, IESE, pp 209-254.
- BRUNA, N. (2023). *Investimentos, género e exclusão no meio rural: Mecanismos de compensação em contexto de desigualdades pré-existentes, Destaque Rural N° 215*, Observatório do Meio Rural
- FRYNAS, J.G. (2005). *The false developmental promise of Corporate Social Responsibility: evidence from multinational oil companies. International Affairs*, 81,3 (2005) 581-598.
- GREEN RESOURCES (2022, 06-29). *Fundo social da GR. [Comunicação da Conferência] Conferência Provincial: Lançamento da iniciativa de financiamento aos fundos comunitários em Niassa*, Lichinga.
- LANGA, E., & Massingue, N. (2014). *Indústria extractiva e desenvolvimento local: O papel da responsabilidade social empresarial*. In Luis de Brito et al (org) *Desafios para Moçambique 2014*, IESE.
- LIVANINGO *et al.* (2016). *O Avanço das plantações florestais sobre os territórios dos camponeses no corredor de Nacala: O caso da green resources Moçambique*. Maputo.
- JA & UNAC (2011). *Os senhores da terra-Análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique - Casos de estudo.*, Justiça Ambiental e UNAC.
- MBANZE, A. (2013) *Análise das ocorrências de incêndios em povoamentos florestais da empresa chikweti forest of Niassa no norte de Moçambique* [dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Biblioteca digital da Universidade Federal do Paraná <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34829>
- NTAUAZI, C. (2023). *Modelos de organização comunitária e partilha de benefícios na província do Niassa*. Observatório do Meio Rural. Lichinga.
- SIAWOR-ROBERTSON, D., & Awaworyi Churchill, S. (2015). *The mining industry and corporate social responsibility: Evidence from two mining communities in Ghana*. ZBW - Deutsche Zentralbibliothek für Wirtschaftswissenschaften, Leibniz- Informationszentrum Wirtschaft, Kiel und Hamburg.
- SOUSA, G. (2013, 13 de Abril). *Empresas florestais apostam no Niassa*. DW África, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/empresas-florestais-apostam-em-mo%C3%A7ambique-e-no-niassa/a-16657679> consultado no dia 17 de Março de 2023
- REINHARDT, F., Stavins R. N., e Vietor, R. H. K. (2008). *Corporate social responsibility through an economic lens*. NBER Working Paper No. 13989

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org